



MINISTÉRIO DA DEFESA  
SECRETARIA-GERAL  
SECRETARIA DE PESSOAL, SAÚDE, DESPORTO E PROJETOS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE PROJETOS SOCIAIS  
Esplanada dos Ministérios - Bloco Q - Anexo I - 5º andar  
Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70049-900  
Telefone: (61) 2023-5270/5273/5276/5280/5282 - e-mail: cgpr@defesa.gov.br

### EDITAL Nº 3/2024-CGPR/DPS/SEPESD/SG-MD

#### CHAMAMENTO PÚBLICO

#### PROCESSO SELETIVO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PARA PARTICIPAÇÃO NAS OPERAÇÕES “SUL DE MINAS I” E “SUL DE MINAS II” DO PROJETO RONDON

PROCESSO Nº 60067.000166/2024-69

*O Projeto Rondon é uma ação interministerial de cunho estratégico do Governo Federal, coordenada pelo Ministério da Defesa, destinada a contribuir com o desenvolvimento da cidadania nos estudantes universitários, empregando soluções sustentáveis para a inclusão social e a redução de desigualdades regionais e visando ao fortalecimento da Soberania Nacional.*

*Em estreita parceria com os ministérios que compõem o Comitê de Orientação e Supervisão (COS) do Projeto Rondon, torna-se uma ferramenta eficaz para fomentar o desenvolvimento sustentável e a capacitação da população dos municípios atendidos, com vistas a aproveitar as políticas públicas disponibilizadas pelos governos federal, estaduais e municipais.*

*No nível operacional, tem o imprescindível apoio das Forças Armadas, que proporcionam o suporte logístico e a segurança necessários às operações. Conta, ainda, com a participação de instituições de ensino superior (IES), de governos estaduais e de prefeituras municipais.*

*Os recursos financeiros têm sua origem no orçamento do Governo Federal, complementados por emendas parlamentares e pelo estabelecimento de parcerias com órgãos e entidades da União, dos estados, do distrito federal e dos municípios, bem como de entidades privadas.*

*Todavia, o Projeto Rondon não substitui a ação dos órgãos de governo nos seus diferentes níveis. O benefício que o Projeto Rondon possa trazer para uma comunidade é decorrente da disponibilização de projetos autossustentáveis que atendem às demandas locais e que não dependam de atores externos às comunidades após a sua implantação. Além disso, seu resultado prioritário - finalidade principal do Projeto Rondon - é a educação em seu sentido mais amplo do estudante universitário, comprometendo-o com a solução dos problemas brasileiros de desenvolvimento e de desigualdade nacionais, despertando no futuro profissional o sentimento de brasilidade e de cidadania.*

A **UNIÃO**, por intermédio do Ministério da Defesa (MD) / Secretaria-Geral (SG) / Secretaria de Pessoal, Saúde, Desporto e Projetos Sociais (SEPESD) / Departamento de Projetos Sociais (DPS), doravante denominada **MD/SG/SEPESD/DPS**, com sede na Esplanada dos Ministérios, Anexo 1 do Bloco “O”, Brasília/DF, CEP 70052-900, CNPJ nº 03.277.610/0001-25, neste ato representada pelo Senhor **WILLIAM GEORGES FELIPPE ABRAHÃO**, Diretor do DPS, nomeado pela Portaria CC/PR nº 331, de 5 de abril de 2022, com fundamento na delegação de competência prevista no art. 1º da Portaria GM-MD nº 2.087, de 11 de abril de 2022, e na subdelegação de competência prevista no art. 1º da Portaria SEPESD/SG-MD nº 2.146, de 13 de abril de 2022, bem como nas atribuições que lhe conferem o art. 52 do Anexo I do Decreto nº 11.337, de 1º de janeiro de 2023, torna público este **EDITAL**, de abertura de

processo seletivo para escolha de **INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR**, doravante denominadas **IES**, para participação na política pública do Projeto Rondon, tendo em vista o que consta deste **Processo Administrativo nº 60067.000166/2024-69** e em observância: à Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, à Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 (MROSC), com alterações dadas pelas Leis nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015, nº 14.309, de 8 de março de 2022, e nº 14.345, de 24 de maio de 2022; ao Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023; ao Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016, com alterações dadas pelos Decretos nº 11.661, de 24 de agosto de 2023 e nº 11.948, de 12 de março de 2024; à Portaria SEGES/MGI nº 1.605, de 14 de março de 2024; e à Portaria GM-MD nº 4.580, de 26 de agosto de 2022.

## ANEXOS

Os documentos anexos a seguir listados constituem-se como parte integrante deste edital, sendo partes dele integrantes e indissociáveis, com teor disponível em <https://www.gov.br/defesa/projetorondon>.

*Anexo "A" - Modelos de Estrutura de Proposta de Trabalho;*

*Anexo "B" – Termo de Designação do Representante da IES junto ao MD;*

*Anexo "C" – Fichas de Avaliação das Propostas;*

*Anexo "D" – Orientações Relativas à Comunicação Social;*

*Anexo "E" – Calendário de Eventos;*

*Anexo "F" – Modelo de Requerimento para Interposição de Recurso;*

*Anexo "G" – Modelo do Relatório Final de Atividades;*

*Anexo "H" – Instrumento de Parceria entre o MD/SG/SEPESD/DPS e a IES e o respectivo Plano de Trabalho;*

*Anexo "I" – Modelo de Ofício para envio de documentos;*

*Anexo "J" – Orientação às IES;*

*Anexo "K" – Termo de Adesão do Professor ao Serviço Voluntário de Rondonista e Apêndice ao Termo de Adesão do Professor ao Serviço Voluntário de Rondonista;*

*Anexo "L" – Termo de Adesão do Aluno ao Serviço Voluntário de Rondonista e Apêndice ao Termo de Adesão do Aluno ao Serviço Voluntário de Rondonista;*

*Anexo "M" - Contrato de Licença de Direito de Uso de Imagem - (Lei nº 9.610, de 19/02/1998 – Lei de Direitos Autorais);*

*Anexo "N" - Relatório Diário;*

*Anexo "O" - Modelo de cadastro de IES;*

*Anexo "P" - Modelo de cadastro de rondonistas;*

*Anexo "Q" - Guia do Rondonista; e*

*Anexo "R" - Declaração de Saúde.*

## 1 – PROPÓSITOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO

1.1. **Selecionar** IES públicas ou privadas, de todo o Brasil, em observância aos princípios da isonomia, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos, e de acordo com as regras constantes deste Edital, para participação na política pública do Projeto Rondon, no âmbito das Operações "SUL DE MINAS I" e "SUL DE MINAS II", a serem realizadas nos meses de janeiro e fevereiro de 2025.

1.1.1. Tratam-se de operações do tipo extraordinária.

1.2. **Celebrar** PARCERIA com as IES selecionadas, mediante os seguintes Instrumentos de Parceria: [1] acordos de cooperação técnica, com IES públicas, ou [2] acordos de cooperação do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), com IES privadas; em cumprimento às respectivas normas

vigentes e incidentes para os referidos instrumentos, com observância de isonomia entre as IES candidatas e participantes da execução da parceria, de modo a contribuir para o cumprimento dos objetivos estabelecidos na Diretriz Estratégico-Operacional do Projeto Rondon, aprovada pela Portaria GM-MD nº 4.580, de 26 de agosto de 2022, e aos objetivos institucionais das entidades coparceiras.

1.2.1. Após a celebração do Instrumento de Parceria, as IES selecionadas tornar-se-ão IES participantes.

1.2.2. Para a execução da parceria não haverá repasse de recursos financeiros ou outros pagamentos, bem como doações de bens, a qualquer título, entre o MD/SG/SEPESD/DPS e as IES, cabendo a cada um dos partícipes prover os próprios recursos financeiros, humanos e materiais necessários ao exercício das respectivas atividades, de acordo com as disposições deste edital e do Instrumento de Parceria.

## 2 – CADASTRAMENTO E INSCRIÇÃO

2.1. Poderão participar da seleção as IES devidamente cadastradas e inscritas, sendo permitida a participação em separado de diferentes *Campi* de uma mesma IES.

2.2. Para cadastramento e subsequente inscrição no Processo Seletivo, as IES deverão enviar mensagem eletrônica para o endereço de e-mail das operações ([operacao.suldeminas@defesa.gov.br](mailto:operacao.suldeminas@defesa.gov.br)), juntamente com os seguintes documentos anexos em formato PDF:

2.2.1. Planilha de dados a ser preenchida nos termos do Anexo “O” (Modelo de Cadastro de IES) deste edital;

2.2.2. Comprovante de credenciamento como IES junto ao Ministério da Educação (MEC) e instâncias competentes;

2.2.3. Relação dos Projetos desenvolvidos ou em desenvolvimento pela IES na área de extensão, atestados como destinados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social;

2.2.4. Termo de designação, pela autoridade competente no âmbito da IES, do representante desta junto ao MD/SG/SEPESD/DPS, de acordo com o Anexo “B” (Termo de Designação do Representante da IES junto ao MD) deste edital;

2.2.5. Proposta(s) de Trabalho, conforme orientações expressas neste edital, em especial em seu Anexo “A” (Modelos de Estrutura de Proposta de Trabalho) e subitem 3.10; e

2.2.6. Declaração do representante da IES designado de acordo com o subitem 2.2.4 de que (i) está ciente e concorda com as disposições previstas neste edital e seus anexos, inclusive as previsões de infrações e sanções administrativas no Instrumento de Parceria, bem como de que (ii) se responsabiliza pela veracidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados durante o Processo de Seleção.

## 3 – PROPOSTAS DE TRABALHO

3.1. As IES deverão apresentar na Proposta de Trabalho ações com caráter de extensão, que contribuam para o desenvolvimento sustentável, o bem-estar social e a qualidade de vida nas comunidades menos assistidas e para o desenvolvimento e o fortalecimento da cidadania do estudante universitário, usando as habilidades universitárias.

3.2. As ações apresentadas deverão ser direcionadas, prioritariamente, a um público capaz de reproduzi-las e multiplicá-las no seio da comunidade, tornando-as permanentes.

3.2.1. Poderão ser realizadas oficinas complementares, visando viabilizar, apoiar ou dar suporte às ações de capacitação, com a participação da comunidade em geral.

3.3. As Propostas de Trabalho deverão seguir as orientações expressas no Anexo “A” (Modelo de Estrutura de Proposta de Trabalho) deste edital e deverão abranger as seguintes áreas de atuação, conforme o Conjunto de Ações escolhido, a saber:

Conjunto “A”	Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação e Saúde
Conjunto “B”	Comunicação, Meio Ambiente, Tecnologia e Produção e Trabalho

Conjunto "C"

Comunicação Social, com cobertura jornalística e produção de conteúdo

3.4. As Propostas de Trabalho deverão ser orientadas para a região abrangida pela Operação de que trata este edital, atendendo aos critérios estabelecidos no Anexo "C" (Fichas de Avaliação das Propostas).

3.5. As Propostas de Trabalho para o Conjunto "A" deverão atender, no mínimo, uma das atividades de cada área temática abaixo descritas:

#### 3.5.1. Cultura

- Capacitar agentes multiplicadores para o desenvolvimento de atividades que valorizem o cidadão, a cultura local e promovam o intercâmbio de informações.

#### 3.5.2. Direitos Humanos e Justiça

- Capacitar gestores municipais, conselheiros e lideranças comunitárias em gestão de políticas públicas, particularmente na área de desenvolvimento social, como acesso à renda, ao enfrentamento das situações de trabalho infantil e à exploração sexual de crianças e adolescentes.

- Contribuir para instalação, dinamização ou modernização, conforme o caso, de conselhos municipais, tais como os de educação, de saúde, tutelar, de assistência social, da criança, do meio ambiente, dentre outros.

- Capacitar agentes multiplicadores na prevenção da violência contra mulheres, crianças e adolescentes.

#### 3.5.3. Educação

- Capacitar educadores dos ensinos fundamental e médio sobre técnicas de ensino e aprendizagem, motivação, mediação de conflitos, relacionamento interpessoal, distúrbios de aprendizagem e educação inclusiva.

- Capacitar educadores dos ensinos fundamental e médio sobre a identificação de sinais de mudanças comportamentais que possam auxiliar no diagnóstico prematuro de necessidade de atendimento educacional especializado, transtornos do desenvolvimento, sofrimento de abuso ou violência e demais ações que tragam prejuízo ao aluno.

#### 3.5.4. Saúde

- Capacitar agentes multiplicadores em vigilância e na atenção na saúde dos diversos ciclos de vida: criança, adolescente/jovem, adulto e idoso. Com ênfase respectivamente em: imunização, prevenção e controle de violência, trânsito seguro, hábitos saudáveis, fatores de risco para Doenças Crônicas Não Transmissíveis - DCNT (hipertensão e diabetes).

- Capacitar agentes multiplicadores para o controle de vetores causadores de doenças endêmicas.

- Capacitar agentes multiplicadores para disseminação da Política Nacional de Alimentação e Nutrição.

- Capacitar agentes multiplicadores quanto ao uso de modernas tecnologias da informação e de telecomunicações, seja para teleconsultas, exames de rotina ou em situações de urgência, contribuindo para a prevenção, diagnóstico, monitoramento e tratamento de doenças, lesões e outras condições médicas a pacientes e outros profissionais de saúde situados em locais distantes.

3.6. As Propostas de Trabalho para o Conjunto "B" deverão atender, no mínimo, uma das atividades de cada área temática abaixo descrita:

#### 3.6.1. Comunicação

- Capacitar agentes multiplicadores e servidores municipais na produção e difusão de material informativo para a população, usando os meios de comunicação, com ênfase em comunicação comunitária e pública.

- Capacitar lideranças e servidores municipais nos serviços e programas oferecidos de formação de políticas públicas.

#### 3.6.2. Meio ambiente

- Capacitar, mobilizar e realizar campanhas na área de educação ambiental, particularmente no que se refere a resíduo sólido, saneamento básico e gestão de água e solo.

#### 3.6.3. Tecnologia e Produção

- Disseminar soluções autossustentáveis - tecnologias sociais - que melhorem a qualidade de vida das comunidades.

#### 3.6.4. Trabalho

- Capacitar gestores e trabalhadores do Sistema Único de Saúde (SUS) quanto à utilização de sistemas que instrumentalizam e apoiam a gestão do SUS, em todas as esferas, nos processos de planejamento, programação, regulação, controle, avaliação e auditoria.

- Capacitar os servidores municipais a desempenharem as funções de execução, prestação de contas e controle social dos programas e ações educacionais financiados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) de modo que promovam melhorias na gestão dos municípios.

- Capacitar produtores locais, com especial atenção à agricultura familiar e sustentável.

- Incentivar o cooperativismo, o associativismo e o empreendedorismo para a geração de renda e o desenvolvimento econômico sustentável.

- Promover ações que desenvolvam o potencial turístico local, incluindo a capacitação de mão de obra ligada ao comércio de bens e serviços.

- Capacitar servidores municipais em gestão pública e de projetos.

- Capacitar servidores a implantar agendas municipais de agricultura urbana e periurbana.

- Capacitar servidores municipais a aplicar metodologias que lhes possibilitem fazer diagnóstico municipal de potencialidades e desafios para desenvolvimento socioeconômico.

- Capacitar servidores municipais e munícipes a elaborar e implantar ações de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e de Educação Alimentar e Nutricional (EAN).

- Capacitar servidores municipais e munícipes a elaborar e implantar ações de inclusão produtiva urbana, tais como cursos de qualificação profissional, atividades de intermediação de mão de obra.

3.7. As Propostas de Trabalho para o Conjunto “C” consistirão na realização em cobertura jornalística e produção de conteúdo, por intermédio do desenvolvimento de ações e criação de produtos para a divulgação das atividades desenvolvidas pelas equipes dos Conjuntos “A” e “B”, utilizando, preferencialmente, as mídias digitais do Projeto Rondon e considerando o Anexo “D” (Orientações Relativas à Comunicação Social).

3.7.1. Ainda, deverão prever o cumprimento das seguintes tarefas:

- apresentar um Plano de Comunicação, observando o que previsto no Anexo “D”; e

- realizar toda a cobertura jornalística e a produção de conteúdo para divulgação do Projeto Rondon, incluindo a preparação dos rondonistas, a realização das atividades desenvolvidas durante as operações e, ao término, a divulgação das metas atingidas.

3.8. As Propostas de Trabalho devem ser elaboradas de acordo com o Anexo “A” (Modelos de Estrutura de Proposta de Trabalho), em arquivo PDF.

3.8.1. As Propostas de Trabalho não poderão ultrapassar o número máximo de 54 (cinquenta e quatro) páginas, incluindo a capa.

3.9. Para cada operação, as IES candidatas poderão apresentar apenas uma Proposta de Trabalho para cada Conjunto “A”, “B” e “C”.

3.10. Como anexos das Propostas de Trabalho, devem ser apresentados os seguintes documentos:

3.10.1. Planilha do cadastro com os dados de 3 (três) professores docentes do quadro efetivo da IES: 1 (um) Professor-Coordenador, 1 (um) Adjunto e 1 (um) Reserva, para cada Conjunto, sendo obrigatória a participação na Operação de 2 (dois) docentes por IES, de acordo com o Anexo “P” (Modelo de Cadastro de Rondonistas).

3.10.2. Declaração de realização de atividades extensionistas dos Professores coordenador, adjunto e reserva na IES.

3.11. As atividades a serem realizadas poderão ser distribuídas para os turnos matutino, vespertino e noturno, de acordo com o planejamento elaborado pelas IES.

- 3.12. A carga horária mínima diária da IES deverá ser de 06 (seis) horas e a carga horária máxima não deverá ultrapassar 10 (dez) horas diárias.
- 3.13. As atividades de coordenação e as atividades preliminares poderão ser computadas como carga horária.
- 3.14. Os dias de sábado e domingo deverão ser preenchidos com atividades formais do Projeto, que poderão ser direcionadas para a população em geral.
- 3.15. A realização de quaisquer atividades ou eventos não previstos nas Propostas de Trabalho deverá ser comunicada ao Coordenador Regional da Operação (agentes do MD/SG/SEPESD/DPS, a serem designados), sendo de inteira responsabilidade do Professor-Coordenador a eventual realização de atividades e eventos desta natureza.

#### **4 – RECEPÇÃO E PROCESSAMENTO DAS PROPOSTAS DE TRABALHO**

4.1. As mensagens eletrônicas para cadastramento e inscrição deverão ser encaminhadas **até às 23:59h (horário de Brasília) do dia 25 de outubro de 2024**, exclusivamente para o endereço de e-mail das operações ([operacao.suldeminas@defesa.gov.br](mailto:operacao.suldeminas@defesa.gov.br)).

4.1.1 No campo ASSUNTO do e-mail, deverá conter a seguinte informação: Cadastramento da IES e Inscrição da Proposta para a Operação "SUL DE MINAS I" ou "SUL DE MINAS II", conjunto "A", "B" ou "C".

4.2. As Propostas de Trabalho deverão se consubstanciar como anexos das mensagens eletrônicas a serem apresentadas pelas IES candidatas, em arquivo PDF, **sem qualquer indicação ou sinal no corpo da Proposta de Trabalho ou seus anexos ou no nome do arquivo que permita de algum modo induzir à identificação do autor da proposta ou da IES candidata.**

4.3. Os coordenadores do Projeto Rondon estarão disponíveis para sanar dúvidas acerca das inscrições durante o horário de expediente do Ministério da Defesa, das 09:00 até 18:00 horas, até a data-limite de encaminhamento das Propostas de Trabalho, inclusive, nos telefones: (61) 2023-5276, (61) 2023-5397 e (61) 2023-5270.

4.4. O administrador da Comissão de Avaliação de Propostas do Projeto Rondon (CAPPR), responsável pelo recebimento dos e-mails, gerará um número de protocolo após a conclusão do processo de cadastramento e inscrição e o enviará para o endereço de e-mail do qual a Proposta de Trabalho foi remetida.

4.4.1. O número de protocolo referido configura-se como a garantia da realização do cadastramento e da inscrição da IES candidata no Processo Seletivo.

4.5. **Não poderão participar do Processo Seletivo**, as IES candidatas:

4.5.1. não reconhecidas pelo Ministério da Educação (MEC);

4.5.2. que estiverem em falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

4.5.3. impedidas de participar de licitações e celebrar contratos administrativos ou parcerias com a Administração Pública Federal;

4.5.4. sancionadas em operações anteriores, de acordo com as respectivas regras de sanções administrativas de editais das operações do Projeto Rondon antecedentes; ou

4.5.5. que não cumprirem as exigências relativas ao procedimento de envio e recebimento das mensagens eletrônicas, às regras relativas à conformação das Propostas de Trabalho e respectivos documentos anexos.

4.6. As IES candidatas alcançadas por alguma das situações acima referidas terão suas inscrições indeferidas, mediante decisão da CAPPR.

4.6.1. A IES candidata será intimada da decisão de indeferimento de sua inscrição, por via de mensagem eletrônica.

4.7. Da decisão de indeferimento, caberá recurso no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da intimação da IES, a ser apresentado ao Diretor do DPS (autoridade competente para julgamento do recurso) e encaminhado por mensagem eletrônica ao endereço de e-mail das operações ([operacao.suldeminas@defesa.gov.br](mailto:operacao.suldeminas@defesa.gov.br)).

- 4.7.1. Na contagem do prazo, exclui-se o dia do início e inclui-se o dia do vencimento.
- 4.7.2. O prazo se inicia e se expira exclusivamente em dia útil no âmbito do Ministério da Defesa.
- 4.7.3. É assegurado às IES candidatas obter vista dos elementos dos autos indispensáveis à defesa de seus interesses, cuja solicitação deverá ser remetida para o endereço de e-mail das operações.
- 4.8. A decisão do recurso deverá ser proferida no prazo de 3 (dias) úteis, contados do seu recebimento, e conterá motivação e fundamentação explícitas, claras e coerentes, podendo eventualmente consistir em declaração de concordância com subsídios de apreciação elaborados pela CAPPR em notas, pareceres, informações, decisões ou propostas de encaminhamento, os quais, neste caso, serão parte integrante do ato da decisão recursal.
- 4.9. Não caberá recurso contra a decisão recursal.
- 4.10. O MD/SG/SEPESD/DPS não se responsabilizará por mensagens eletrônicas de cadastramento e inscrição não recebidas ou recebida fora do prazo previsto neste edital, por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, problemas com navegadores de *internet*, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

## **5 - ANÁLISE, JULGAMENTO E SELEÇÃO**

### **5.1. Considerações Gerais:**

- 5.1.1. A CAPPR será constituída por integrantes dos Ministérios que compõem o Comitê de Orientação e Supervisão (COS) e será responsável por realizar a análise e o julgamento das Propostas de Trabalho das IES candidatas.
- 5.1.2. Serão selecionadas 2 (duas) Propostas de Trabalho por município participante de cada operação: 01 (uma) para realizar as ações do Conjunto “A” e 01 (uma) para realizar as ações do Conjunto “B”.
- 5.1.3. Será selecionada, ainda, 01 (uma) Proposta de Trabalho, por operação, para realizar as ações do Conjunto “C”.
- 5.1.4. As Propostas de Trabalhos serão avaliadas e classificadas, considerando os critérios estabelecidos neste edital e conforme o Anexo “C” (Fichas de Avaliação das Propostas), de modo correspondente ao respectivo Conjunto.

### **5.2. Análise e Julgamento:**

- 5.2.1. A CAPPR somente poderá avaliar as Propostas de Trabalho enviadas dentro do prazo estabelecido e nas condições previstas neste edital.
- 5.2.2. A CAPPR, em qualquer tempo, poderá consultar, em especial, os seguintes cadastros, como condição desclassificatória:
- Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;
  - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;
  - Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP;
  - Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas – CEPIM; ou
  - Lista de Licitantes Inabilitados ou Inidôneos, do Tribunal de Contas da União.
- 5.2.3. Constatada a existência de registro ativo e não suspenso de sanção, a CAPPR promoverá a desclassificação da IES candidata.
- 5.2.4. A CAPPR não terá acesso aos documentos exigidos no ato do cadastro, conforme elencados no item 2 deste Edital, de modo que não possa identificar a IES autora de cada Proposta de Trabalho, ou agentes seus, com finalidade de zelo pelo absoluto anonimato destas, até o julgamento das propostas.

### **5.3. Classificação Provisória:**

- 5.3.1. A Lista da Classificação Provisória dar-se-á por ordem decrescente da pontuação obtida pelas IES candidatas.
- 5.3.2. Não constarão da Lista da Classificação Provisória, IES candidatas cuja Proposta de Trabalho:

- a) for enviada fora do prazo estabelecido;
- b) ultrapassar o número máximo de 54 (cinquenta e quatro) páginas incluindo a capa;
- c) conter **qualquer indicação ou sinal no corpo da Proposta de Trabalho ou seus anexos ou no nome do arquivo que permita de algum modo induzir à identificação do autor da proposta ou da IES candidata;**
- d) não atingir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) do total de pontos possíveis, de acordo com o Anexo “C” (Fichas de Avaliação das Propostas);
- e) for remetida em qualquer outro formato de arquivo eletrônico que não seja o formato PDF;
- f) for encaminhada para o endereço de e-mail dos coordenadores do Projeto Rondon;
- g) for idêntica ou conter plágio de outra proposta enviada por outra IES candidata ou por *Campi* distinto;
- h) não conter no mínimo 2 (duas) oficinas por área temática; ou
- i) estiver em desacordo com quaisquer das exigências ou apresentar condições diferentes daquelas constantes no presente edital e seus anexos.

5.3.3. Concluída a avaliação das Propostas de Trabalho, o Presidente da CAPPB elaborará relatório que será submetido ao conhecimento do Diretor do DPS e ao Presidente do COS, que o encaminhará a divulgação.

5.3.4. Concluída a etapa de classificação das Propostas de Trabalho, a CAPPB divulgará a Lista da Classificação Provisória, apenas no Portal do Projeto Rondon no sítio eletrônico do Ministério da Defesa, com o número do protocolo das IES classificadas.

5.3.5. Após a divulgação da Lista da Classificação Provisória, os participantes que desejarem recorrer deverão apresentar recurso administrativo na forma do subitem 5.4. deste edital.

5.3.6. A nomeação das IES candidatas na Lista da Classificação Provisória não acarreta imediato direito de participação nas operações de que trata este edital (apenas a nomeação das IES no documento de Classificação e Resultado Finais acarreta sua qualidade de IES selecionada).

#### **5.4. Interposição de Recursos Administrativos:**

5.4.1. As IES candidatas que desejarem recorrer em face do julgamento e da Lista da classificação provisória deverão apresentar recurso no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da divulgação da Lista da classificação provisória no Portal do Projeto Rondon no sítio eletrônico do Ministério da Defesa, sob pena de extinção do direito de recorrer (preclusão).

5.4.1.1. Na contagem do prazo, exclui-se o dia do início e inclui-se o dia do vencimento.

5.4.1.2. O prazo se inicia e se expira exclusivamente em dia útil no âmbito do Ministério da Defesa.

5.4.2. É assegurado às IES candidatas obter vista dos elementos dos autos indispensáveis à defesa de seus interesses, cuja solicitação deverá ser remetida para o endereço de e-mail das operações.

5.4.3. Caberá recurso quando:

a) a IES candidata identificar incongruência nos motivos de sua não classificação, conforme o subitem 5.3.2, deste edital; e

b) a diferença do total de pontos, soma dos quesitos “Diagnóstico”, “Metodologia”, “Propostas da Ações” e “Relevância/Qualidade”, recebidos dos avaliadores (Av1 e Av2), for maior do que 20 (vinte) pontos.

5.4.4. O recurso deverá ser formalizado, mediante documento oficial da IES recorrente, em arquivo PDF, de acordo com o Anexo “F” (modelo de Requerimento para Interposição de Recurso), a ser destinado ao Diretor do DPS e remetido por mensagem eletrônica para o endereço de e-mail das operações.

5.4.5. No campo assunto, da respectiva mensagem eletrônica, deve-se inserir: “Recurso Administrativo ref. Inscrição nº \_\_\_\_\_ (inserir o número do protocolo da inscrição)”.

5.4.6. Não será admitido o recurso interposto fora do prazo ou que não contenha elementos mínimos suficientes para viabilizar sua apreciação.

5.4.7. Se verificada preliminarmente a inadmissibilidade do recurso, a CAPPB o encaminhará à apreciação do Diretor do DPS (autoridade competente para julgamento do recurso), devidamente acompanhado dos

respectivos subsídios de apreciação.

5.4.8. Se verificada preliminarmente a admissibilidade do recurso, o Presidente da CAPPB poderá designar um terceiro avaliador para apreciar a Proposta de Trabalho da IES recorrente, cuja nova avaliação pode acarretar:

5.4.8.1. a reconsideração pela CAPPB de sua decisão original, atendendo integralmente ao pedido do recurso, sem necessidade de envio deste à apreciação do Diretor do DPS.

5.4.8.2. a reconsideração apenas em parte ou a não reconsideração pela CAPPB de sua decisão original, com encaminhamento do recurso à apreciação do Diretor do DPS, devidamente acompanhado dos respectivos subsídios de apreciação.

5.4.8.3. No contexto da nova avaliação da Proposta de Trabalho por terceiro avaliados, deverão prevalecer as 2 (duas) maiores notas, seja para fins de reconsideração ou de apreciação do recurso, seja, eventualmente, para a classificação e resultados finais.

5.4.9. O Diretor do DPS, quando o recurso lhe for submetido para apreciação, poderá:

a) reconhecer a inadmissibilidade do recurso; ou

b) dar provimento, dar provimento em parte ou negar provimento ao recurso.

5.4.10. A decisão do recurso deverá ser proferida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do seu recebimento, e conterá motivação e fundamentação explícitas, claras e coerentes, podendo eventualmente consistir em declaração de concordância com subsídios de apreciação elaborados pela CAPPB em notas, pareceres, informações, decisões ou propostas de encaminhamento, os quais, neste caso, serão parte integrante do ato da decisão recursal.

5.4.11. O provimento do recurso, mesmo que em parte, implicará em superação apenas de atos eventualmente insuscetíveis de aproveitamento.

5.4.12. O MD/SG/SEPESD/DPS não se responsabilizará por mensagens eletrônicas de recurso não recebidas ou recebida fora do prazo previsto neste edital, por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, problemas com navegadores de *internet*, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

5.4.13. Concluída a fase recursal, a CAPPB homologará e divulgará no Portal do Projeto Rondon no sítio eletrônico do Ministério da Defesa, o Resultado dos Recursos, por meio de Nota de Informação, vinculada a este edital.

5.4.14. Não serão admitidos recursos contra as decisões recursais ou contra o Resultado dos Recursos.

## **5.5. Classificação e Resultado Finais:**

5.5.1. A classificação final dar-se-á por ordem decrescente dos pontos obtidos pelo somatório das notas em cada quesito da Ficha de Avaliação, após a avaliação dos recursos eventualmente interpostos.

5.5.2. O julgamento e a classificação final das Propostas de Trabalho são atos exclusivos da CAPPB, que, em consequência, reserva-se ao direito de desclassificar as propostas em desacordo com este edital ou que se revelarem manifestamente inexequíveis, observando os motivos de não classificação do subitem 5.3.2 acima.

5.5.3. Em caso de empate na pontuação final, será considerada a maior pontuação obtida nos seguintes quesitos, obedecida a ordem de prioridade estabelecida:

a. Propostas das Ações;

b. Relevância/Qualidade;

c. Diagnóstico; e

d. Metodologia.

5.5.4. Concluído o julgamento final das Propostas de Trabalho, a CAPPB elaborará relatório que será remetido ao conhecimento do Presidente do COS, que poderá acatá-lo ou rejeitá-lo, no todo ou em parte, justificando seu ato, e o encaminhará para divulgação.

5.5.5. Após a divulgação da Classificação e Resultado Finais, havendo desistência formal por parte de IES que tenha sido selecionada, o Presidente do COS poderá substituir esta IES e convocar a IES subsequente,

do mesmo Conjunto de Ações “A”, “B” ou “C”, respeitada a ordem de classificação.

5.5.6. O Resultado Final será publicado no Portal do Projeto Rondon no sítio eletrônico do Ministério da Defesa, por meio de Nota de Informação, vinculada a este edital.

5.5.7. As IES selecionadas não poderão efetuar quaisquer adequações ou mudanças nas Propostas de Trabalho escolhidas pela CAPPR, quando venham a causar a desvirtuação destas, em caracterização de burla ao princípio de escolha das melhores propostas, ficando, inclusive, sob pena de sofrer apuração e sanção administrativa, de acordo com as previsões deste edital.

## **6 – REQUISITOS E IMPEDIMENTOS PARA CELEBRAÇÃO DA PARCERIA**

6.1. A celebração da Parceria com as IES selecionadas, se dá mediante:

6.1.1. acordos de cooperação técnica, com IES pública; ou

6.1.2. acordos de cooperação do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), com IES privada.

**6.2. A IES pública selecionada deve atender aos seguintes requisitos, para fins de celebração da parceria:**

a) comprovação da legitimidade do representante legal da IES selecionada para celebra a parceria; e

b) regularidade de inscrição e de situação cadastral ativa no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ.

**6.3. A IES privada selecionada deve atender, além dos requisitos constantes do subitem 6.2, aos seguintes requisitos, para fins de celebração da parceria, conforme o caso e no que couber:**

a) certidões de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições e de dívida ativa, de acordo com a legislação aplicável de cada ente federado;

b) certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil ou cópia do estatuto registrado e de eventuais alterações;

c) cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual;

d) relação nominal atualizada dos dirigentes da IES, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB de cada um deles; e

e) comprovação de que a IES funciona no endereço por ela declarado.

**6.4. A IES privada fica impedida, para fins de celebração da parceria, quando:**

a) não esteja regularmente constituída;

b) esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;

c) tenha como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrada a parceria, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

d) tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos, exceto se:

i) for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados;

ii) for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição;

iii) a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo;

e) tenha sido punida com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade:

i) suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;

ii) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;

iii) suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos; ou

iv) declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item "iii" acima.

f) tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;

g) tenha entre seus dirigentes pessoa:

i) cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;

ii) julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou

iii) considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

6.4.1. A não incidência dos impedimentos acima listados será aferida pelo representante legal da IES selecionada, que firmará a respectiva declaração em que ateste expressamente a não incidência de cada um dos impedimentos, sem prejuízo de eventual verificação das informações pelo MD/SG/SEPESD/DPS.

## **7. CONDIÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO DA PARCERIA NA OPERAÇÃO**

**7.1 As Operações "SUL DE MINAS I" e "SUL DE MINAS II" serão do tipo extraordinária, sendo para as IES com sede no Estado de Minas Gerais e para as IES de fora do Estado de Minas Gerais, cujas despesas deverão ser custeadas por meio de recursos próprios até o CR.**

7.2. A Operação "SUL DE MINAS I" será realizada no estado de Minas Gerais, no período de 15 de janeiro a 1º de fevereiro de 2025, em até 12 (doze) municípios dos 24 (vinte e quatro) municípios pré-selecionados que compõem a região geográfica intermediária de Pouso Alegre/MG, a saber: BRAZÓPOLIS, CACHOEIRA DE MINAS, CAREAÇU, CONCEIÇÃO DAS PEDRAS, CONCEIÇÃO DOS OUROS, DELFIM MOREIRA, ESPÍRITO SANTO DO DOURADO, HELIODORA, JESUÂNIA, LAMBARI, MARIA DA FÉ, NATÉRCIA, OLÍMPIO NORONHA, PARAISÓPOLIS, PEDRALVA, PIRANGUÇU, PIRANGUINHO, SANTA RITA DO SAPUCAÍ, SÃO JOÃO DA MATA, SÃO JOSÉ DO ALEGRE, SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA, SILVIANÓPOLIS, TURVOLÂNDIA E WENCESLAU BRAZ. Terá como Centro Regional (CR) a cidade de Pouso Alegre/MG. Os municípios selecionados serão divulgados posteriormente por meio de nota de informação.

7.3. A Operação "SUL DE MINAS II" será realizada no estado de Minas Gerais, no período de 22 de janeiro a 8 de fevereiro de 2025, em até 12 (doze) municípios dos 24 (vinte e quatro) municípios pré-selecionados que compõem a região geográfica intermediária e imediata de Pouso Alegre/MG, a saber: ALBERTINA, BANDEIRA DO SUL, BOM REPOUSO, BORDA DA MATA, BUENO BRANDÃO, CALDAS, CAMANDUCAIA, CAMBUÍ, CONGONHAL, CONSOLAÇÃO, CÓRREGO DO BOM JESUS, ESTIVA, GONÇALVES, IBITIÚRA DE MINAS, INCONFIDENTES, IPUÍUNA, JACUTINGA, MONTE SIÃO, MUNHOZ, SANTA RITA DE CALDAS, SAPUCAÍ-MIRIM, SENADOR AMARAL, SENADOR JOSÉ BENTO E TOCOS DO MOJI. Terá como Centro Regional (CR) a cidade de Pouso Alegre/MG. Os municípios selecionados serão divulgados posteriormente por meio de nota de informação.

7.4. Cada Operação do Projeto Rondon, por regra, visa o atendimento de 12 (doze) municípios e a participação de 12 (doze) IES no Conjunto "A", 12 (doze) IES no Conjunto "B" e 1 (uma) IES no conjunto "C".

7.5. As IES selecionadas deverão encaminhar para o endereço de e-mail das operações o documento, em arquivo PDF, contendo a ordem de prioridade dos municípios nos quais deseja desenvolver a parceria, de acordo com as listas dos itens 7.2 ou 7.3 acima.

7.6. Caso não haja quantidade suficiente de equipes formadas pelas IES selecionadas para a execução de cada operação nos municípios listados nos itens 7.2 e 7.3, o MD/SG/SEPESD/DPS poderá adotar as seguintes linhas de ação:

a) não havendo mais IES classificadas neste edital a serem convocadas, efetuar convite de caráter excepcional para IES participantes de operações anteriores do Projeto Rondon; ou

b) efetuar a diminuição do número de municípios de cada operação, de acordo com entendimentos com Estado de Minas Gerais, assegurando as condições mínimas para realização das operações.

7.7. No caso da alínea “b” acima, as IES convidadas deverão cumprir os requisitos e apresentar a mesma documentação apresentada pelas IES selecionadas neste edital.

7.8. As atividades das Operações "SUL DE MINAS I" e "SUL DE MINAS II" têm previsão de transcorrer de acordo com as informações e o cronograma do quadro abaixo:

**- Operação "SUL DE MINAS I"**

<b>CENTRO REGIONAL (CR)</b>	<b>Pouso Alegre/MG</b>
Deslocamento de ida e concentração do Conjunto C	15 de janeiro de 2025
Deslocamento de ida e concentração dos Conjuntos A e B	16 de janeiro de 2025
Abertura e Ambientação	17 de janeiro de 2025
Deslocamento para os municípios	18 de janeiro de 2025
Trabalho nos municípios	19 a 29 de janeiro de 2025
Deslocamento para o CR	30 de janeiro de 2025
Encerramento	31 de janeiro de 2025
Retorno	1º de fevereiro de 2025

**- Operação "SUL DE MINAS II"**

<b>CENTRO REGIONAL (CR)</b>	<b>Pouso Alegre/MG</b>
Deslocamento de ida e concentração do Conjunto C	22 de janeiro de 2025
Deslocamento de ida e concentração dos Conjuntos A e B	23 de janeiro de 2025
Abertura e Ambientação	24 de janeiro de 2025
Deslocamento para os municípios	25 de janeiro de 2025
Trabalho nos municípios	26 de janeiro a 5 de fevereiro de 2025
Deslocamento para o CR	6 de janeiro de 2025
Encerramento	7 de janeiro de 2025
Retorno	8 de fevereiro de 2025

7.9. Após divulgação das IES participantes, deve ser realizada a Viagem Precursora (VP), a qual compreenderá a ida dos Professores-Coordenadores das equipes de cada Conjunto para o CR e para os municípios de destino.

7.9.1. A VP possui caráter obrigatório, tendo por objetivo proporcionar as condições para que as IES participantes promovam a complementação de suas Propostas de Trabalho (nos diferentes Conjuntos de Ações, “A”, “B” e “C”), ajustando-as às realidades e às necessidades dos municípios selecionados.

7.10. O Professor-Coordenador que realizar a VP deverá, obrigatoriamente, compor a equipe que participará da operação.

7.10.1. Durante a VP, o Professor-Coordenador do Conjunto “C” deverá reunir-se com a coordenação de Comunicação Social do Projeto Rondon para elaboração do Plano de Comunicação.

7.10.2. A não participação da IES na VP implicará em seu desligamento da parceria.

7.11. Após a VP, a IES deverá encaminhar para o endereço de e-mail das operações, uma cópia da Proposta de Trabalho, em sua versão final, após complementação, conforme o disposto no Anexo “E” (Calendário

de Eventos).

7.12. A Proposta de Trabalho e o cronograma das atividades a serem realizadas pela equipe do Conjunto “C” serão consolidados após a VP, tão logo finalizados os ajustamentos das atividades das Propostas de Trabalho dos Conjuntos “A” e “B”. O documento deverá ser enviado para a Coordenação de Comunicação Social do Projeto, conforme previsto Anexo “E” (Calendário de Eventos).

7.13. Ao término da operação, todas as IES deverão remeter, para o endereço de e-mail das operações, o Relatório Final de Atividades, conforme modelo constante do Anexo “G” (Modelo do Relatório Final de Atividades), no prazo estabelecido no Anexo “E” (Calendário de Eventos).

7.14. A apresentação do Relatório Final de Atividades é obrigatória, conforme modelo constante do Anexo “G” (Modelo do Relatório Final de Atividades), cabendo sanção à IES no caso de atraso da remessa.

## **8 - EQUIPES DE RONDONISTAS**

8.1. Para os Conjuntos “A” e “B”, cada equipe será composta por brasileiros (natos ou naturalizados), constituída no total por 10 rondonistas, sendo 2 professores e 8 alunos universitários, podendo conter até 2 alunos dos cursos de Pós-Graduação. Caso a IES não tenha alunos de Pós-Graduação, a equipe deverá ser composta por 8 alunos dos cursos de Graduação.

8.2. Para o Conjunto “C”, cada equipe será composta por brasileiros (natos ou naturalizados), constituída no total por 12 rondonistas, sendo 2 professores, 10 alunos universitários, podendo conter até 2 alunos dos cursos de Pós-Graduação da área de Comunicação Social. Caso a IES não tenha alunos de Pós-Graduação, a equipe deverá ser composta por 10 alunos da Graduação da área de Comunicação Social, habilitados nas áreas de jornalismo, publicidade, marketing, relações públicas, audiovisual, entre outros.

8.3. Os professores e alunos devem, obrigatoriamente, estar vinculados à mesma IES selecionada para a Operação.

8.4. Os professores devem necessariamente pertencer ao quadro de docente da instituição, com atuação em projetos de extensão, não sendo admitida a participação de técnicos ou outros funcionários da IES.

8.5. Os alunos de Graduação selecionados para compor as equipes deverão estar cursando a partir da segunda metade do curso.

8.6. Todos os integrantes da equipe, professores e alunos, deverão ser voluntários, portanto, o desenvolvimento e a execução das operações previstas neste edital não ensejarão remuneração, retribuição ou qualquer medida de caráter indenizatório para as IES participantes e seus professores e alunos, em observância à Lei nº 9.608, de 8 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre o serviço voluntário.

8.7. A composição das equipes dos Conjuntos “A” e “B” deverá ser, preferencialmente, multidisciplinar, de forma a atender todas as áreas temáticas do subitem 3.3 deste edital.

8.8. Um professor de cada equipe deverá ser designado pela IES como Professor-Coordenador, o qual será o responsável:

8.8.1. pelo vínculo de ligação institucional com a Coordenação-Geral do Projeto Rondon, para todos os assuntos relacionados com a respectiva operação;

8.8.2. por participar da VP; e

8.8.3. pela conduta, disciplina e segurança da equipe e, sobretudo, pelo cumprimento das normas do Projeto Rondon, em estrita observância ao Anexo “J” (Orientações às IES) e ao Anexo “Q” (Guia do Rondonista).

8.9. Um professor de cada equipe deverá ser designado pela IES como Professor-Adjunto, o qual será responsável por auxiliar o Professor-Coordenador nas tarefas e responsabilidades, e será o seu substituto eventual, em caso de ausência por motivo de força maior.

## **9. RESPONSABILIDADES**

### **9.1. São responsabilidades do MD/SG/SEPESD/DPS:**

9.1.1. Planejar, coordenar e executar as atividades do Projeto Rondon para a Operação de que trata este edital, observada a legislação de regência e referência, bem como as limitações orçamentárias e financeiras do órgão.

9.1.2. Designar o Coordenador Regional de cada operação, responsável, como interlocutor operacional e administrativo, por exercer o acompanhamento da operação em todas as suas fases, seguindo as previsões do Instrumento de Parceria a ser celebrado entre o MD/SG/SEPESD/DPS e a IES e o respectivo Plano de Trabalho.

9.1.3. Compor a CAPPR e presidi-la.

9.1.4. Realizar a seleção das IES, por intermédio da CAPPR.

9.1.5. Distribuir as equipes pelos municípios participantes de cada operação.

9.1.6. Acompanhar, fiscalizar e avaliar, sistematicamente, a execução propriamente dita de cada operação, comunicando à IES quaisquer irregularidades ou impropriedades observadas, fixando o prazo para apresentação de informações e esclarecimentos ou saneamento das irregularidades ou impropriedades.

9.1.7. Prestar apoio logístico às equipes das IES participantes, seja aos professores, seja aos alunos, mediante atuação em parceria com o Estado e os Municípios participantes, nos termos de respectivos **Acordos de Adesão** celebrados entre o MD/SG/SEPESD/DPS e o Estado ou os Municípios aderentes à política pública do Projeto Rondon, para fins da consecução das operações de que trata este edital.

9.1.7.1. Este apoio logístico compreende alojamento, alimentação, transporte e atendimento de primeiros socorros ao Professor-Coordenador ou aos rondonistas (professores e alunos), seja no âmbito da VP, seja no âmbito da execução das operações propriamente ditas, inclusive as atividades previstas para ocorrer no CR.

9.1.7.2. O apoio logístico será prestado:

- a) no CR, incluindo a atuação da Organização Militar (OM) apoiadora;
- b) no transporte a ser efetuado entre o CR e os municípios selecionados e vice-versa; e
- c) nos municípios selecionados.

9.1.8. Adquirir e entregar o “kit rondonista” para a equipe de rondonistas - professores e alunos.

9.1.9. Aprovar o conteúdo a ser publicado pela Equipe de Comunicação Social (matérias, textos, fotografias, entre outros), com vistas à divulgação nos meios diversos de comunicação.

9.1.10. Realizar a aquisição de material de divulgação para as operações.

9.1.11. Providenciar outros serviços e materiais diretamente relacionados às atividades do Projeto Rondon para as diversas fases das operações.

9.1.11. Emitir certificado para os rondonistas que participarem integralmente das operações.

**9.1.12. Por serem Operações do tipo extraordinária, o MD não arcará com os custos de deslocamento do Professor-Coordenador, durante o período da Viagem Precursora, e nem das equipes de rondonistas (professor/aluno), durante o período das operações, da sede da IES até o CR.**

**9.2. São responsabilidades das IES, sem prejuízo de outras previstas no presente edital e em seus anexos:**

9.2.1. Cumprir as disposições, especialmente os prazos, estabelecidos neste edital.

9.2.2. Assinar digitalmente, via sistema SEI, o Instrumento de Parceria e seu respectivo Plano de Trabalho, conforme minuta-padrão constante do Anexo “H”, a ser preenchida, cujo instrumento terá a vigência de 1 (um) ano, contado a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por igual período, mediante Termo Aditivo, desde que a parte interessada apresente proposta fundamentada com, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término.

9.2.2.1. Para viabilizar a assinatura, via sistema SEI, a IES deverá fornecer os documentos do Reitor/Diretor por e-mail, conforme rito de organização interna do MD/SG/SEPESD/DPS, o qual será oportunamente informado às IES selecionadas.

9.2.2.2. A celebração do Instrumento de Parceria não implicará em cooperação ou responsabilidades de natureza econômico-financeira, jurídica ou fiscal entre os partícipes.

9.2.3. Arcar com todas as despesas necessárias à execução das atividades atribuídas à IES participantes por este edital, pelo Instrumento da Parceria e seu respectivo Plano de Trabalho.

9.2.4. Selecionar o Professor-Coordenador, o Professor-Adjunto e o Professor Reserva entre os professores de seu corpo docente.

9.2.5. Selecionar os alunos titulares e 2 (dois) reservas, que estiverem cursando a partir da segunda metade do curso e pós-graduandos (se for o caso), organizar e treinar a(s) equipe(s) que participará(ão) das operações de que trata este edital, de modo a cumprir o previsto na(s) Proposta(s) de Trabalho, incluindo na equipe somente pessoas que estejam em condições de saúde que possam ser consideradas adequadas para a realização das atividades programadas.

9.2.5.1. Todos os integrantes da equipe, professores e alunos, deverão estar portando cartão de vacinação com as vacinas obrigatórias exigidas pelo Ministério da Saúde e em dia. Os alunos das equipes deverão apresentar os mencionados documentos ao respectivo professor responsável pela equipe.

9.2.5.2. O Professor-Coordenador deverá apresentar a documentação solicitada ao Coordenador Regional das operações, representante do Projeto Rondon, na chegada da equipe na OM apoiadora.

9.2.5.3. Os professores que farão a VP também deverão realizar o mesmo procedimento.

9.2.6. Encaminhar o documento previsto no Anexo "R" (Declaração de Saúde) assinado pelo representante da IES (Reitor/Diretor), informando que todos os integrantes estão em condições de saúde, de acordo com as disposições do subitem 9.2.5.

9.2.7. Realizar, durante a VP, prospecção e entendimentos com as prefeituras municipais, por intermédio da atuação do Professor-Coordenador, a fim de permitir a complementação da Proposta de Trabalho inicialmente apresentada pela IES, adequando-a às necessidades do município participante.

9.2.8. Fazer as complementações necessárias na Proposta de Trabalho e no cronograma de atividades, após a VP, enviando a Proposta de Trabalho e o cronograma de trabalho ajustados, tendo como destinatária a Coordenação-Geral do Projeto Rondon, para o endereço de e-mail das operações, conforme previsto no Anexo "E" (Calendário de Eventos).

9.2.9. Providenciar, para o período de execução das operações de que trata este edital, o seguro de viagem nacional/assistência de viagem que contemple, no mínimo, as seguintes coberturas: seguro de bagagem, assistência médica, odontológica e farmacêutica, evacuação aeromédica que atenda o trecho do Estado das operações até o Estado da IES, seguro de vida por morte acidental e invalidez permanente do Professor-Coordenador, durante a VP e a execução das operações propriamente ditas, e dos demais rondonistas (Professor-Adjunto, Professor-Reserva e alunos), durante as operações, e que contemple atendimento em hospitais do Estado das operações.

9.2.10. Remeter por ofício à Coordenação-Geral do Projeto Rondon, para o e-mail das operações, de acordo com o modelo constante do Anexo "I" (Modelo de Ofício para Envio de Documentos), especificando cada participante, os documentos preenchidos e assinados relativos aos Anexos "K" (Termo de Adesão do Professor ao Serviço Voluntário de Rondonista) e seu apêndice, "L" (Termo de Adesão do Aluno ao Serviço Voluntário de Rondonista) e seu apêndice e "M" (Contrato de Licença de Direito de Uso de Imagem), em momento anterior ao início da realização das atividades, inclusive a VP, atendendo as datas constantes no Anexo "E" (Calendário de Eventos).

9.2.11. Facilitar o acompanhamento, a supervisão e a fiscalização da execução da parceria por parte da Coordenação-Geral do Projeto Rondon, permitindo-lhe efetuar o acompanhamento "in loco" e fornecendo, sempre que solicitado, as informações, e os documentos relacionados com a execução da parceria.

9.2.12. Transportar o Professor-Coordenador, por ocasião da viagem precursora, da sede da IES, via terrestre ou aéreo, até o CR, responsabilizando-se pelas despesas para o provimento de alimentação e hospedagem do Professor-Coordenador, nesse deslocamento, se for o caso, e no período em que estiver no município selecionado; e durante as operações, transportar as equipes de rondonistas (professor/aluno) da sede da IES, via terrestre ou aéreo, até o CR. Durante esse deslocamento, caso haja necessidade de alojamento e/ou alimentação, essas despesas são de responsabilidade da IES.

9.2.12.1. Transportar o Professor-Coordenador, durante o período da Viagem Precursora e/ou transportar o rondonista (professor/aluno) no período das operações, do CR até a sede da IES que, durante o período da

Viagem Precursora e/ou no período das operações, for acometido de doença que o impossibilite de prosseguir nas operações, confirmada em parecer médico, ou venha a óbito.

9.2.12.2. Transportar o Professor-Coordenador, durante o período da Viagem Precursora e/ou transportar o rondonista (professor/aluno) no período das operações, do CR até a sede da IES, quando tiver um familiar de até 2º grau de parentesco que for acometido de doença que o impossibilite de prosseguir na Operação, confirmada em parecer médico, ou venha a óbito.

9.2.13. Fornecer os equipamentos, materiais e demais meios necessários para que as equipes de rondonistas realizem adequada e seguramente suas funções nas operações de que trata este edital.

9.2.14. Custear, quando não custeada pelo próprio rondonista, as despesas com a bagagem de qualquer rondonista (professor ou aluno), não cabendo o pagamento ou ressarcimento de tais despesas ou de despesas delas decorrentes pelo MD/SG/SEPESD/DPS.

9.2.15. Responsabilizar-se, no âmbito da parceria: (i) por todas despesas ou encargos de natureza tributária; (ii) por todas as condenações, determinações e encargos de natureza cível, comercial, trabalhista e previdenciária proferidas em demandas judiciais relacionadas ao emprego dos recursos humanos, materiais e tecnológicos próprios; e (iii) por eventuais despesas extraordinárias.

9.2.16. No caso de superveniente alteração de cadastro de rondonistas, por modificação de dados de determinado rondonista ou por substituição de rondonista, observar o seguinte procedimento, de acordo com o Anexo “E” (Calendário de Eventos):

9.2.16.1. comunicar a intenção de alteração do cadastro ou a substituição do rondonista por intermédio de documento oficial da IES ao Presidente da CAPP;R;

9.2.16.2. encaminhar o documento que materializa a alteração ao endereço de e-mail das operações, apresentando o motivo da alteração cadastral ou da substituição do rondonista, a fim de possibilitar a apreciação pelo Presidente da CAPP;R, sendo obrigatória a anexação do documento que se constitui como amparo fático-normativo para tal solicitação;

9.2.16.3. após autorizada a substituição pela CAPP;R, encaminhar a planilha atualizada do cadastro dos rondonistas para o endereço de e-mail das operações; e

9.2.16.4. após autorizada a substituição pela CAPP;R, providenciar, de imediato, a aquisição da passagem aérea/terrestre do rondonista substituto.

9.2.16.5. Não haverá substituição de aluno no período da realização das operações.

9.2.17. Apresentar, obrigatoriamente, as equipes, antes do início das operações, que deverão ser listadas de modo completo, com 02 (dois) professores e 08 (oito) alunos para cada qual dos Conjuntos “A” e “B”, e 02 (dois) professores e 10 (dez) alunos para o Conjunto “C”.

9.2.17.1. Caso a IES participante não apresente as equipes completas, deverá informar as justificativas das faltas para a Coordenação-Geral do Projeto Rondon, imediatamente.

9.2.17.2. Se tais justificativas forem analisadas pela Coordenação-Geral do Projeto Rondon e julgadas impertinentes, a IES poderá sofrer sanção, conforme o previsto neste edital.

9.2.18. Cumprir as atribuições e tarefas previstas no Anexo “J” (Orientação às IES) deste edital.

9.2.19. Preencher, sob responsabilidade do Professor-Coordenador, o Relatório diário das atividades realizadas no município, seguindo as recomendações e modelo conforme previstos no Anexo “N” (Relatório Diário) deste edital, o qual deverá ser remetido diariamente e também mediante solicitação da Coordenação-Geral do Projeto Rondon, através dos links disponibilizados pelos coordenadores de operação.

9.2.19.1. No caso de não envio do Relatório Diário no prazo previsto, a Coordenação-Geral do Projeto Rondon deverá instar formalmente a IES a cumprir esta obrigação.

## 10 – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 O não cumprimento das responsabilidades definidas no item 2 - CADASTRAMENTO E INSCRIÇÃO, implicará, **antes do ato da inscrição**, no impedimento da realização da inscrição pela IES.

10.2 O não cumprimento dos subitens 7.10, 7.11, 7.13, 7.14; do item 8 (e de seus subitens) e do subitem 9.2, **após o ato da inscrição**, acarretará na suspensão da participação da IES nas atividades do Projeto Rondon, inclusive na Operação para a qual foi selecionada, por um período de até 24 (vinte e quatro) meses, a critério da CAPP.

10.3 Em se tratando de conduta da IES diversa das previstas no Anexo "J" (Orientação às IES) e no Anexo "Q" (Guia do Rondonista), **durante a execução do Instrumento de Parceria a ser celebrado**, a aplicação da penalidade será precedida da instauração de procedimento sancionatório.

10.3.1 A IES será notificada acerca da instauração do procedimento sancionatório, podendo apresentar defesa prévia, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

10.3.2 Após a aplicação da sanção referida, a IES poderá interpor recurso dirigido ao Presidente da CAPP, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data de sua notificação, que será enviada pela IES por ofício ao Presidente da CAPP, para o e-mail das operações ([operacao.suldeminas@defesa.gov.br](mailto:operacao.suldeminas@defesa.gov.br)).

10.4. A apuração das infrações e respectiva imposição de sanções não obstam o eventual processamento da apuração de prejuízos e respectivos ressarcimentos ao erário.

## 11 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. O pedido de cadastramento e inscrição apresentados pela IES candidatas caracteriza a aceitação das previsões e condições estabelecidas neste edital e em seus anexos.

11.2. A realização das Operações de que trata este edital poderá, a qualquer momento, ser adiada ou cancelada, no todo ou em parte, conforme decisão fundamentada, a critério do COS do Projeto Rondon, sem ensejar indenização de qualquer espécie às IES selecionadas e a seus rondonistas (professores e alunos).

11.3. A desistência do Estado ou do município aderentes implicará no cancelamento das operações de que trata este edital **exclusivamente no respectivo território**, mesmo após a divulgação das IES selecionadas ou da celebração do Instrumento de Parceria.

11.3.1. O município desistente poderá ser substituído ou não, a critério do COS do Projeto Rondon.

11.4. As alterações das datas previstas para os diversos eventos e atividades das operações ou as desistências e mudanças em relação aos entes políticos aderentes à Operação serão comunicados por meio de Nota de Informação no portal do Projeto Rondon no sítio eletrônico do Ministério da Defesa, sendo de total responsabilidade das IES o acompanhamento diuturno das informações veiculadas neste referido canal.

11.5. É vedado(a):

11.5.1. aos agentes do MD/SG/SEPESD/DPS e aos rondonistas (professores e estudantes), o consumo de bebidas alcoólicas ou substâncias ilícitas durante:

a) a Viagem Precursora, tanto no CR como nos municípios, no período compreendido entre o jantar de boas-vindas e a Análise Pós-Ação (APA);

b) as operações propriamente ditas, tanto no CR como nos municípios, no período compreendido entre o início da cerimônia de abertura e o final da cerimônia de encerramento, conforme disposto no item - *Sobre Disciplina*, constante do Anexo "Q" (Guia do Rondonista);

11.5.2. aos agentes do MD/SG/SEPESD/DPS e aos rondonistas (professores e estudantes), ausentarem-se sem autorização superior fundamentada dos locais de realização das operações, para quaisquer fins, antes do final da mesma;

11.5.3. a participação de alunos que tenham atuado em operações anteriores do Projeto Rondon;

11.5.4. a permanência de rondonistas atuando no CR ou no município sem a presença de pelo menos 1 (um) professor de sua IES participante;

11.5.5. a participação, junto à(s) equipe(s) da IES participantes, de integrantes desta que não sejam os rondonistas (professores e alunos) formal e devidamente identificados no âmbito das operações;

11.5.6. a conduta incompatível a moralidade e valores cultuados pelo Projeto Rondon durante o período da realização da Viagem Precursora e das operações propriamente ditas, seja no CR, seja nos municípios

participantes.

11.6. Os militares, servidores públicos, rondonistas (professores e estudantes) e outras pessoas envolvidas na execução dos trabalhos previstos neste edital e na execução da VP e das operações propriamente ditas permanecerão subordinados e disciplinados aos entes participantes dos quais sejam integrantes ou estejam vinculados (MD/SG/SEPESD/DPS, IES, Estado ou Municípios), não se estabelecendo qualquer tipo de relação jurídica, por exemplo, empregatícia, funcional ou securitária, entre os referidos agentes de um ente participante a outro ente participante.

11.7. As decisões administrativas, inclusive aquelas embasadas em pareceres ou entendimentos jurídicos, de qualquer natureza, assumidas isoladamente pelas IES ou pelo COS do Projeto Rondon serão de exclusiva responsabilidade do respectivo ente participante, não se comunicando tal responsabilidade a qualquer título, nem sob qualquer pretexto ou fundamento, para outro ente participante.

11.8. Cada ente participante responsabilizar-se-á pelas ações ou omissões praticadas por seus agentes na execução dos trabalhos previstos neste edital e na execução da VP e das operações propriamente ditas, comprometendo-se a reparar os danos porventura causados ao outro ente participante ou a terceiros.

11.9. As informações, esclarecimentos, divulgações de resultados e modelos de documentos relativos a este edital e seus anexos poderão ser obtidos no *link* <https://www.gov.br/defesa/projetorondon>.

11.10. Os casos omissos relativos a este Processo Seletivo e à parceria celebrada para realização das **Operações “SUL DE MINAS I” e “SUL DE MINAS II”**, serão apreciados e decididos pelo COS do Projeto Rondon, segundo as disposições deste edital e seus anexos, os princípios e regras que regem a Administração Pública, sempre visando o alcance do interesse público e os legítimos interesses dos entes participantes da parceria.

11.11. Os entes participantes da parceria devem se comprometer ao integral cumprimento dos atos, ações e obrigações decorrente e necessários à correta finalização da parceria no âmbito das operações de que trata este edital, ainda que tais atos, ações e obrigações devam ser praticados mesmo após o encerramento execução desta.

Publique-se na imprensa oficial.

Divulgue-se por eficientes canais.

Disponibilize-se no portal do Projeto Rondon no sítio eletrônico do Ministério da Defesa.

Brasília/DF, na data de assinatura.

**WILLIAM GEORGES FELIPPE ABRAHÃO**

Diretor do Departamento de Projetos Sociais do Ministério da Defesa



Documento assinado eletronicamente por **William Georges Felipe Abrahão, Diretor(a)**, em 19/09/2024, às 09:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), o código verificador **7414918** e o código CRC **C653B58F**.



INTEGRANDO FORÇAS  
PELO PAÍS

---

**Referência:** Processo nº 60067.000166/2024-69

SEI nº 7414918